

www.tumg.pt

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
- 2 ABR. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE



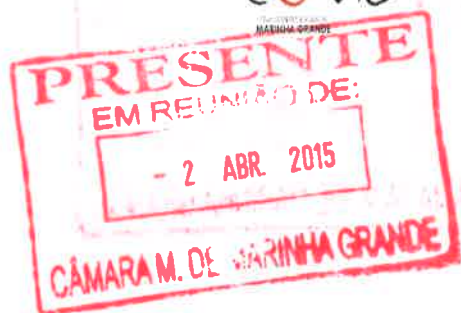
TRANSPORTES URBANOS
MARINHA GRANDE

Relatório de Gestão e Contas



2014

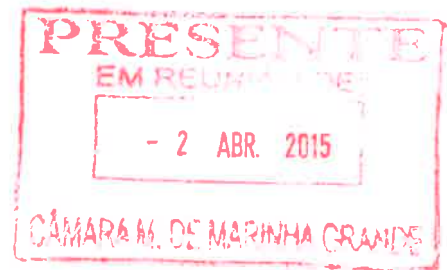




Índice

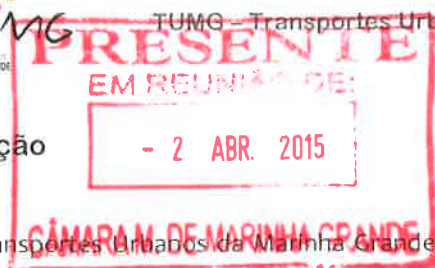
Relatório de Gestão	3
Balanço	23
Demonstração de Resultados	24
Demonstração das Alterações no Capital Próprio	25
Demonstração de Fluxos de Caixa	26
Anexo	27

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A.



RELATÓRIO DE GESTÃO

1 - Introdução



A Tumg – Transportes Urbanos da Marinha Grande, com sede na Rua Pereira Crespo S/N, Marinha Grande, com um capital social de 338.000,00 €, é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, de natureza municipal, que adotou a forma de sociedade anónima unipessoal, ao abrigo da Lei 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, cujo acionista único é a Câmara Municipal da Marinha Grande.

A empresa tem consignado nos seus estatutos, como objeto social:

- a) O transporte de passageiros;
- b) A gestão do estacionamento na área do município da Marinha Grande

O presente relatório de gestão e contas, elaborado no cumprimento do disposto nos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 26.º n.º1 alínea g) dos Estatutos da Empresa e no artigo 42.º n.º 1 alínea d) da citada Lei 50/2012, expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2014.

Pretende ser uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Tumg, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

2.1. A Nível Internacional

O Banco Mundial confirma um crescimento da economia global de 2,6% em 2014, antecipando um crescimento de 3% este ano, 3,3% em 2016 e 3,2% em 2017, num desempenho que se deverá sobretudo à evolução dos países em desenvolvimento, impulsionado pela descida dos preços do petróleo, pelo fortalecimento da economia norte-americana, pelas contínuas baixas das taxas de juro globais, bem como pela diminuição de obstáculos internos nos maiores mercados emergentes.

De acordo com o seu relatório bienal “*Global Economic Prospects*”, os países em desenvolvimento registaram um crescimento de 4,4% em 2014, prevendo-se que em 2015 alcance os 4,8%, 5,3% em 2016 e 5,4% em 2017.

Para os países desenvolvidos, o Banco Mundial confirma um crescimento de 1,8% em 2014, 2,2% em 2015 e 2,4% em 2016.

Os Estados Unidos e o Reino Unido serão as economias com os melhores desempenhos: o Banco Mundial prevê que, depois de ter crescido 2,4% em 2014, a economia norte-americana cresça 3,2%



este ano, abrandando depois o ritmo de crescimento para os 3% em 2016 e para os 2,4% no ano seguinte. Quanto à economia britânica, estima-se que tenha crescido 2,6% em 2014 e que cresça 2,9% este ano, 2,6% em 2016 e 2,2% em 2017.

Em termos macroeconómicos, a economia tem assistido a uma recuperação global frágil, pesando o facto de existirem cada vez mais tendências divergentes com implicações substanciais para o crescimento global.

Se analisarmos a atividade económica dos Estados Unidos e Reino Unido, os sinais de dinamismo são visíveis, enquanto a recuperação na Zona Euro e Japão tem sido lenta e inconstante, devido aos legados da crise financeira.

Para a Zona Euro, o Banco Mundial fala do "crescimento lento" e da "desconfortavelmente baixa inflação" que "pode ser prolongada", prevendo um crescimento económico de 1,1% em 2015, de 1,6% em 2016 e em 2017. Quanto ao Japão, a estimativa do Banco Mundial é de um crescimento de 1,2% este ano e de 1,6% no próximo.

Citando o presidente do Banco Mundial (Jim Yong Kim), “neste ambiente económico incerto, os países em desenvolvimento precisam de utilizar os seus recursos de forma criteriosa com vista a apoiar programas sociais com uma concentração absoluta nos pobres e realizar reformas estruturais que investem em pessoas.”

2.2. A Nível Nacional

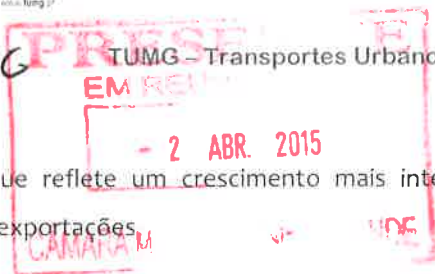
Em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística confirmou um crescimento económico de 0,9% em 2014, mantendo também o valor do crescimento no quarto trimestre do ano passado, que foi de 0,7% em termos homólogos.

Como resultado do aumento da procura interna, de acordo com a segunda estimativa das contas nacionais publicadas a 27 de fevereiro 2015, o produto interno bruto (PIB) aumentou em termos reais 0,9% em 2014, depois de ter diminuído 1,4% em 2013.

Em 2014, a procura interna registou um aumento de 0,2% em termos reais, após ter registado uma diminuição de 2,3% em 2013, sendo que, em termos de contributo para a variação do PIB, este indicador passou de um contributo de -2,4 pontos percentuais em 2013 para os 2,0 pontos percentuais no ano passado, consubstanciado num incremento do consumo privado, em detrimento do investimento.

No que se refere à procura externa líquida, depois de em 2013 apresentar um contributo positivo de um ponto para a variação do PIB, no ano passado registou um contributo negativo de -1,1 pontos

percentuais, o que reflete um crescimento mais intenso das importações de bens e serviços relativamente às exportações.



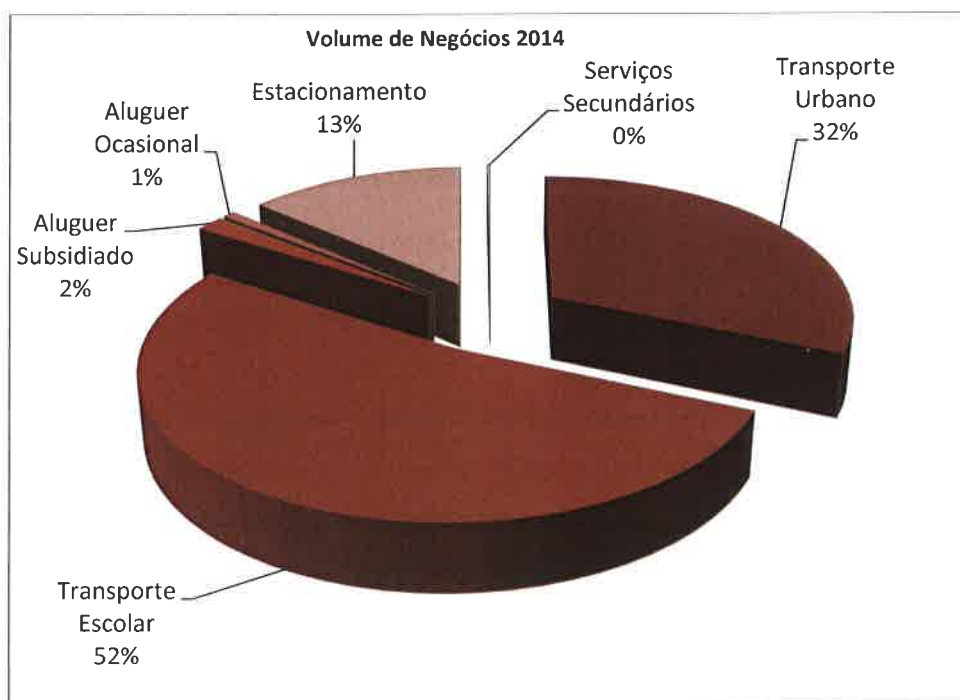
3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No exercício de 2014, a Tumg obteve resultados positivos, que revelam a continuação do esforço conducente à contenção de gastos e a assunção de medidas de redução de custos, através da gestão criteriosa dos ativos da empresa, perspetivando o seu equilíbrio financeiro.

O volume de negócios atingiu um valor de 475.635,20 €, destacando-se o resultado líquido positivo alcançado de 77.610,97 €.

O volume de negócios traduz-se na contribuição líquida de cada sector de atividade, conforme apresentado no gráfico seguinte:

Volume de Negócios 2014	
Transporte Urbano	150.229,47
Transporte Escolar	249.245,88
Aluquer Subsidiado	8.170,38
Aluquer Ocasional	3.703,41
Estacionamento	63.416,06
Serviços Secundários	870,00
Total	475.635,20



A alínea b) do n.º1 do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, estabelece como critério de solvabilidade das empresas locais, o facto do peso contributivo dos subsídios à exploração não poder ser superior a 50% das suas receitas, nos últimos três anos. Nesta matéria, a Tumg cumpre uma vez mais este requisito, na medida em que, para o exercício de 2013, o rácio da indemnização compensatória/rendimentos totais, situou-se nos 44%.

af



3.1. Transporte Urbano

Um sistema de transportes deve cumprir com dois requisitos: eficácia e eficiência, que se concretizam na garantia de acessibilidade da generalidade da população aos centros de atividades relevantes, ao menor custo possível. Garantindo estas duas premissas é possível alcançar o objetivo da sustentabilidade económica, energética e ambiental.

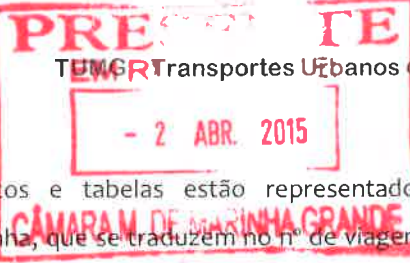
Por regra, o custo de um sistema de transportes públicos de passageiros não é imputado na íntegra aos seus utilizadores, na medida em que um sistema de transportes públicos com tarifários baixos traduz-se em grandes benefícios para a eficiência de outros mercados de maior importância, designadamente o mercado de trabalho, a função residencial, o acesso a equipamentos e infraestruturas económicas, educacionais e sociais. Importa pois destacar, que um sistema de transporte público, para além do seu efeito económico, constitui um importante instrumento de inclusão social.

Destacamos o facto deste segmento de atividade assentar numa vertente social, pelo que, pelo quarto ano consecutivo, por orientação direta do acionista, não se ter verificado qualquer aumento no tarifário dos transportes urbanos, que consta da tabela seguinte.

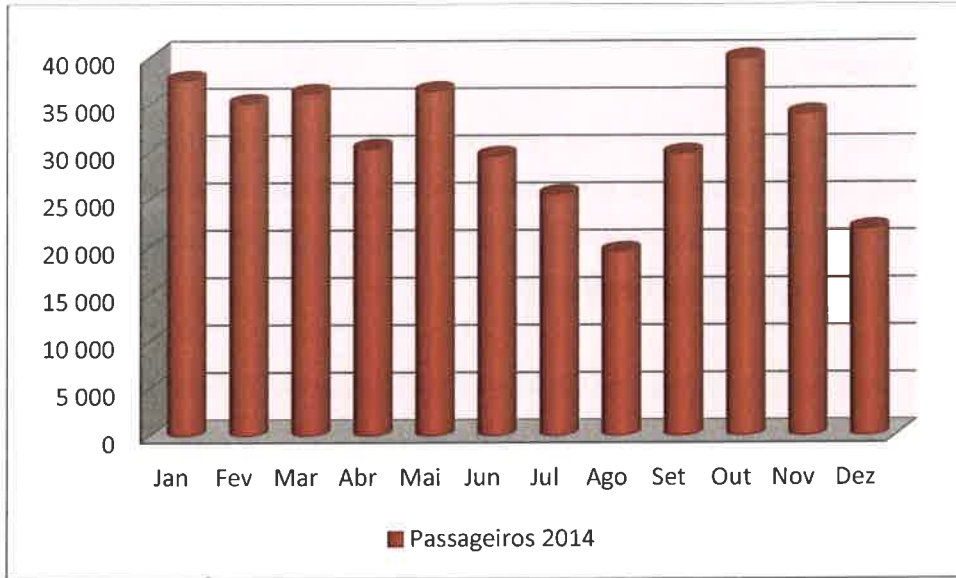
Em virtude de mais de 50% dos utilizadores dos transportes urbanos da Marinha Grande usufruírem do passe subvencionado, socialmente acessíveis mas com valores abaixo do custo real de operacionalidade, o subsídio à exploração foi calculado de modo a garantir a cobertura do *deficit* de exploração.

De referir que, nesta matéria, não existem quaisquer apoios por parte da Administração Central.

Tarifário		Preço Unitário
TÍTULOS DE TRANSPORTE		
Passe	Geral	€ 15,0
	Jovem	€ 7,50
	Sénior	€ 7,50
Pré-Comprado	10 viagens	€ 5,00
Bilhete de 1 viagem		€ 0,80
1/2 bilhete de 1 viagem		€ 0,40



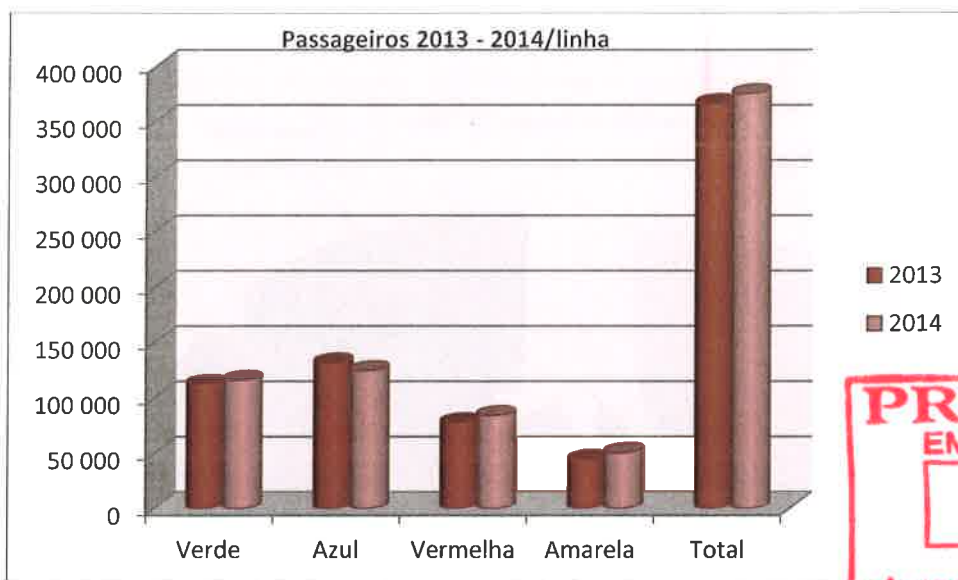
Nos próximos gráficos e tabelas estão representados o nº de passageiros transportados mensalmente e por linha, que se traduzem no nº de viagens registadas pelo sistema de bilhética. Da sua análise, constata-se um crescimento no nível de utilização dos transportes urbanos, face ao ano anterior:



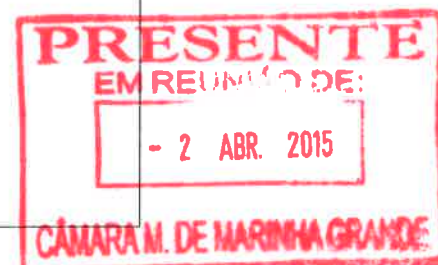
Passageiros 2014												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
37.530	35.062	36.127	30.309	36.382	29.533	25.471	19.443	29.780	39.825	33.960	21.798	375.220

Todas as linhas registaram um aumento do nº de viagens relativamente a 2013, à exceção da linha azul, que em grande parte se justifica pela desadequação da linha face às reais necessidades da população servida, situação esta que já foi objeto de reestruturação no início de 2015:

Nº Passageiros			
Linha	2013	2014	Varição
Verde	112.602	116.001	+3.399
Azul	131.851	124.753	-7.098
Vermelha	77.718	84.147	+6.429
Amarela	44.089	50.319	+6.230
Total	366.260	375.220	+8.960



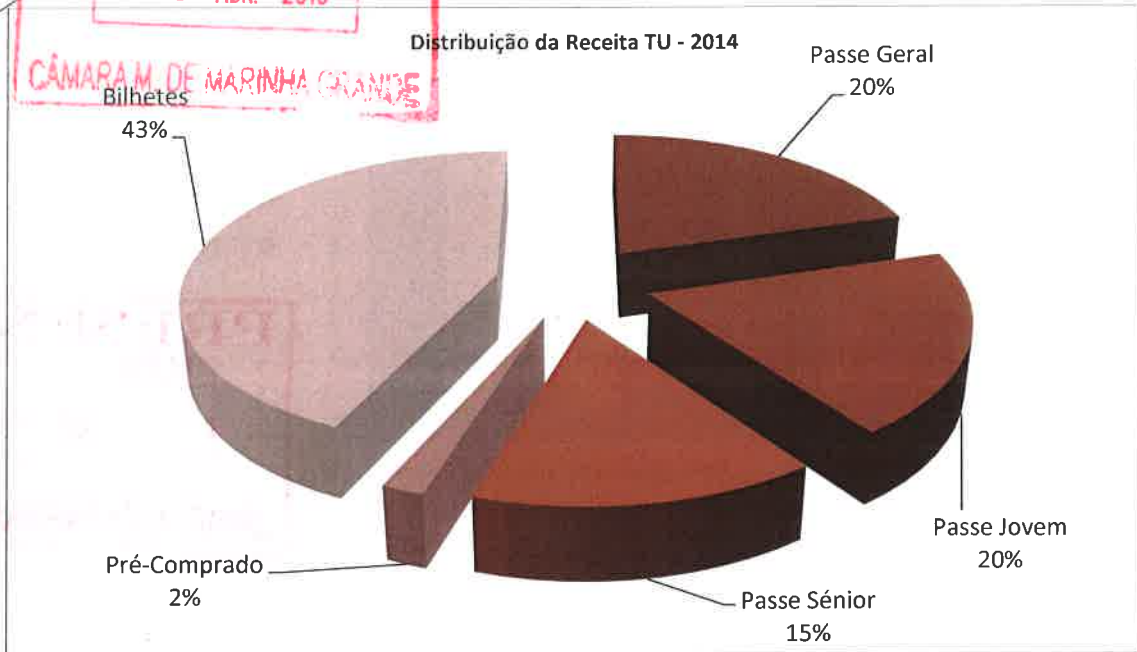
caf

A receita dos transportes urbanos teve a seguinte variação relativamente a 2013:

Receita Transportes Urbanos		
Ano	Valor	Varição
2014	150.229,47	-1.58 %
2013	152.636,44	



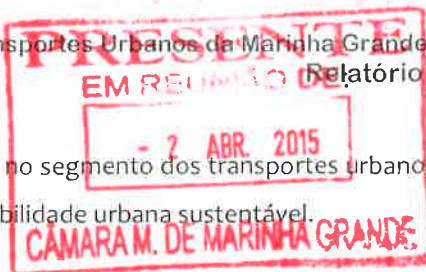


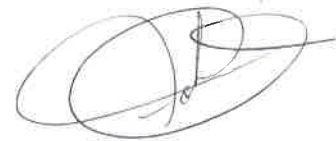
Receita Transportes Urbanos por Título de Transporte						
Título de Transporte	Passe Geral	Passe Jovem	Passe Sénior	Pré-Comprado	Bilhetes	Total
2014	30.909,35	29.421,01	22.098,44	2.761,30	65.039,37	150.229,47
2013	30.078,95	30.332,23	22.182,64	2.361,79	67.680,83	152.636,44

Apesar do aumento do nº de viagens em 2014, verifica-se que a receita sofreu um ligeiro decréscimo de 1,58%, o que confirma a racionalização da utilização dos títulos de transporte por parte dos utentes. Consta-se da leitura do quadro, que o tipo de título de transporte que sofreu um maior decréscimo foram os bilhetes adquiridos a bordo, sendo aqueles com o custo mais elevado para os Utentes.

A título ilustrativo: quem adquirir um passe geral no valor de 15 € ou um passe jovem ou sénior, no valor de 7,5 €, poderá usufruir de um número ilimitado de viagens. Esses valores, traduzidos em bilhetes adquiridos a bordo possibilitariam a realização de apenas 18 ou 9 viagens, respetivamente.

A filosofia que presidiu à criação da Tumg, enquanto empresa municipal de gestão de serviços de interesse local, foi a de racionalização de recursos, através da agilização da gestão dos serviços que constituem o seu objeto social, de modo a proporcionar uma maior satisfação dos Utentes, conducente à melhoria da qualidade de vida da população da Marinha Grande.



Cf


Nesta perspetiva, a Tumg consolidou-se no segmento dos transportes urbanos, tendo-se constituído como uma alternativa em termos de mobilidade urbana sustentável.

3.2. Estacionamento

A existência de zonas de estacionamento de duração limitada do Concelho da Marinha Grande tem subjacente a melhoria da rotatividade do estacionamento no centro urbano, permitindo a libertação de lugares de estacionamento para utilização rotativa de curta duração, combatendo a dificuldade de estacionamento, por um lado e dissuadindo a utilização do veículo individual por outro, através da promoção da consciencialização dos munícipes para a correta utilização do espaço público.

O estacionamento de duração limitada na Cidade da Marinha Grande teve início com a criação de 6 zonas de estacionamento no centro urbano, totalizando 573 lugares de estacionamento, incorporando 21 parcómetros. Em 2012 procederam-se a reajustamentos das zonas de estacionamento limitado, que se traduziram na redução do número de lugares de estacionamento onerados, pelo que atualmente aquele número ficou reduzido a 380 lugares.

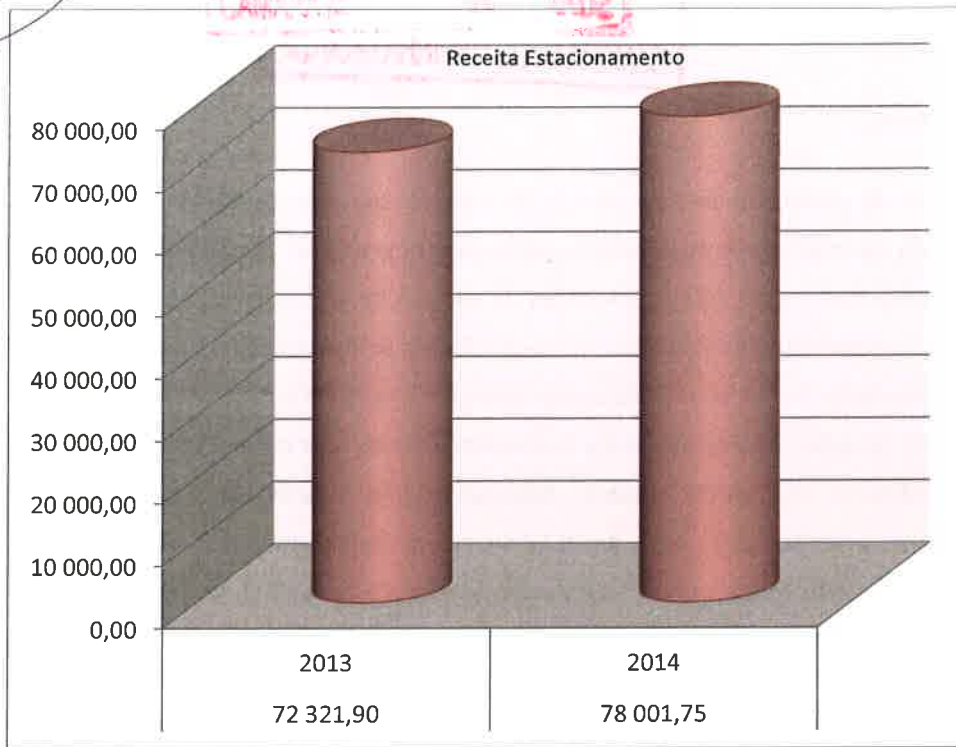
Os gráficos seguintes confirmam um ligeiro aumento da receita proveniente do estacionamento, face a 2013, apesar da abertura em dezembro de 2014 do espaço reconvertido da antiga fábrica de vidros J. Ferreira Custódio que oferece 108 lugares gratuitos, constituindo-se como uma alternativa ao estacionamento onerado, o que de certa forma revela um aumento da circulação automóvel no centro da cidade, até porque aquele espaço já era utilizado como bolsa de estacionamento gratuito, desde agosto de 2013. Prevemos no entanto, que o aumento do número de lugares de estacionamento gratuito terá repercussões na receita do exercício do ano 2015.

Neste segmento de atividade, com a conclusão da requalificação do património Stephens, nomeadamente com a abertura da Casa da Cultura, era exetável um aumento da procura na zona do Parque da Cerca e o conseqüente aumento da receita proveniente do estacionamento, o que na prática não se concretizou, na medida em que os horários dos espetáculos não coincidem com os horários previstos no tarifário.

Podemos pois afirmar, que o estacionamento onerado no parque da Cerca, não constitui um entrave nem é fator dissuasor da adesão e participação ativa dos Marinhenses nas iniciativas culturais promovidas pela Casa da Cultura – Teatro Stephens.

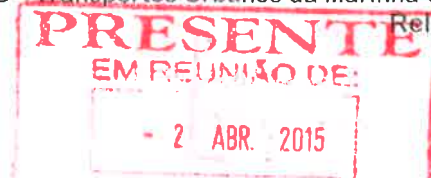
Ano	Valor (€)	Varição
2013	72.321,90	+ 7,85%
2014	78.001,75	
<i>Nota: Os valores traduzem todas as recolhas efetuadas até 31.12.2014, c/ IVA incluído</i>		

Handwritten initials and a signature in blue ink.



De salientar que pelo 4º ano consecutivo desde a sua implementação, o tarifário deste segmento de atividade também não sofreu quaisquer alterações, mantendo-se em vigor valores substancialmente inferiores quando comparados com os tarifários praticados em Concelhos limítrofes. A 31 de dezembro de 2014, o preço a pagar por uma hora, era de 0,40 €:

Fracção	Preço (€)	Duração (minutos)
1ª FRACÇÃO	0,15 euros	15 minutos
	0,20 euros	30 minutos
	0,30 euros	45 minutos
	0,40 euros	60 minutos
2ª FRACÇÃO	0,55 euros	75 minutos
	0,70 euros	90 minutos
	0,85 euros	105 minutos
	1,00 euros	120 minutos
	1,20 euros	135 minutos
3ª FRACÇÃO	1,40 euros	150 minutos
	1,60 euros	165 minutos
	1,80 euros	180 minutos



Cef
[Signature]

3.3. Transporte Escolar

Em 2014, o transporte escolar representou 52% do volume de negócios da Tumg. Este segmento de atividade continua a ser assegurado por meios próprios, na percentagem de 40%, através da utilização de 3 autocarros com capacidade de 18 lugares e um autocarro de 57 lugares, sendo os restantes 60% assegurados através da afetação de 4 autocarros (3 na Marinha Grande e 1 em Vieira de Leiria), resultado da contratualização com uma empresa externa, na sequência do lançamento de um concurso público.

O circuito escolar especial que liga a freguesia da Moita à Marinha Grande, continua a ser assegurado pela Tumg, sendo efetuados diariamente, 5 horários escola/Moita/escola, o que permitiu uma poupança significativa por parte do acionista.

Analisando os mapas e gráficos seguintes, constata-se que o valor da receita obtida representa um resultado inferior ao valor orçamentado, na ordem dos 4,62%.

Face ao exercício de 2013, é evidente uma redução da receita proveniente deste segmento de atividade em 2014, resultando em menos 9,15%.

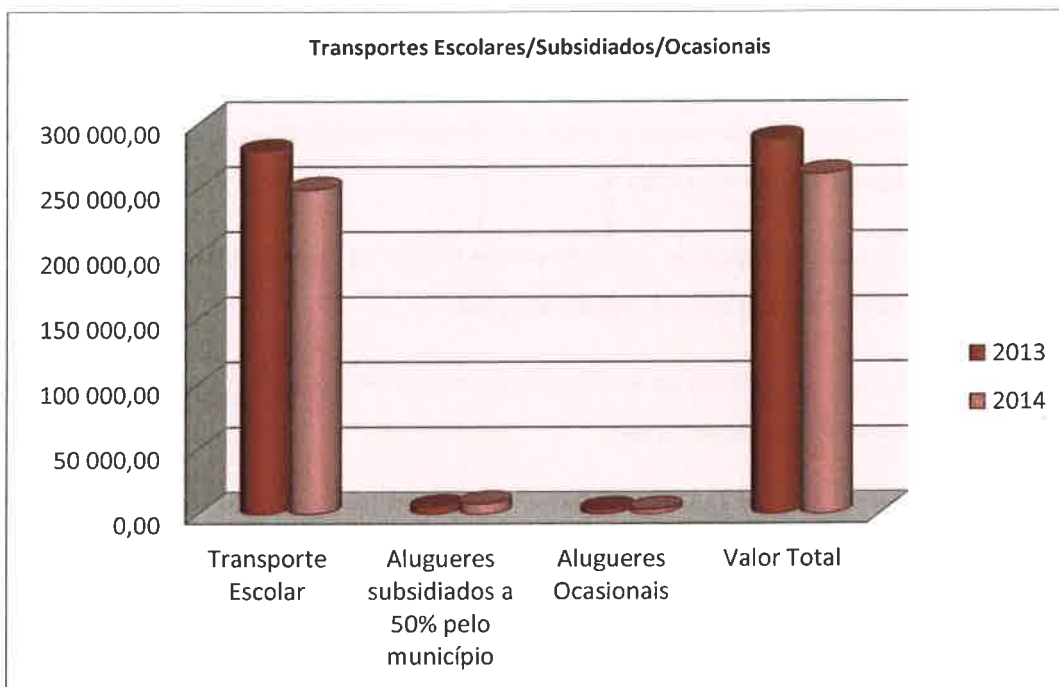
Por força da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, os valores contratualizados em resultado da consulta ao mercado e subsequentemente com o acionista, sofreram uma redução significativa, em virtude do estatuído neste diploma, que proíbe a prática de preços superiores aos preços de mercado. Resulta que a diminuição da receita proveniente desta área de atividade é consequência da redução de preços, por imposição do próprio mercado, e não da redução do índice de utilização do serviço, porquanto a Tumg continua a assegurar o transporte das crianças e jovens do Município da Marinha Grande, entre o seu local de residência e os respetivos estabelecimentos de ensino, entre os estabelecimentos de ensino e locais de refeição e entre os estabelecimentos de ensino e locais diversos, quando inseridos no horário e contexto da atividade escolar, com inclusão de transporte de crianças com necessidades educativas especiais.

Transporte	2014	Orçamento	Varição
Transporte Escolar	249.245,88	263.333,72	-5,35%
Alugueres subsidiados a 50% pelo município	8.170,38	5.272,47	+54,96%
Alugueres Ocasionais	3.703,41	5.166,28	-28,32%
Total	261.119,67	273.772,47	-4,62%

Relativamente à receita proveniente dos transportes subsidiados a 50% pelo Município, o valor obtido em 2014 superou a previsão estabelecida em sede de orçamento na ordem dos 54,96%, que se

justifica pelo apoio de transporte que o Município tem vindo a conceder a instituições do Concelho, na prossecução de projetos culturais, desportivos e sociais de relevo.

No que se refere aos transportes ocasionais (que se efetuam ocasionalmente a solicitação de várias entidades) verifica-se uma diferença de -28,32% relativamente ao orçamentado e um aumento de 0,8% em comparação ao resultado alcançado em 2013.



Transporte	2014	2013	Varição
Transporte Escolar	249.245,88	278.260,40	- 10,43%
Alugueres subsidiados a 50% pelo município	8.170,38	5.481,00	+ 49,07%
Alugueres Ocasionais	3.703,41	3.673,98	+ 0,8%
Total	261.119,67	287.415,38	- 9,15%



af
[Signature]

4 – Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2014, a empresa integrava no seu quadro seis trabalhadores efetivos, sendo três em regime de cedência de interesse público, pelo município.

Durante o ano de 2014, ocorreu a saída de um trabalhador, por motivo de aposentação.

Os colaboradores que deixaram de integrar o mapa de pessoal da Tumg não foram substituídos, devido ao facto da Tumg estar vinculada à obrigatoriedade das autarquias locais reduzirem, no mínimo em 2%, o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2013, nos termos do artigo 62.º da Lei nº 83-C/2013, de 31-12-2013.

NOME	CARGO	VINCULO
Maria de Fátima Malesso Cardoso	Administradora	Acordo de Cedência de Interesse Público
Paula Alexandra dos Santos Ferreira	Assistente Técnica	Efetiva
Paula Margarida Monteiro Garcia	Assistente Técnica	Efetiva
Vítor Manuel da Silva Paulo	Motorista	Acordo de Cedência de Interesse Público
José Manuel Henriques Veras	Motorista	Efetivo
Armando Pereira Pinto	Motorista	Acordo de Cedência de Interesse Público

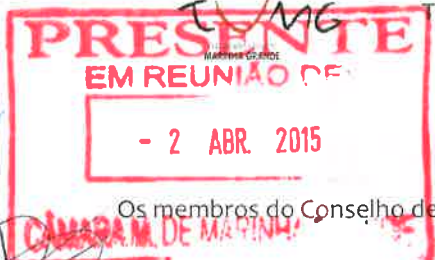
5 – Administração

Por deliberação de Câmara de 14 de novembro de 2013, sob proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi nomeado o atual Conselho de Administração, nos termos do artigo 8.º, dos estatutos da empresa, com a seguinte composição:

- Presidente: Paulo Jorge Campos Vicente
- Vogal: Dr.ª Maria de Fátima Malesso Cardoso

Tendo tomado posse no dia 20 de novembro de 2013.

Por deliberação de Câmara de 20 de fevereiro de 2014, foi designado como Fiscal Único da Tumg – EM, Unipessoal, S.A., o Dr. João Carlos Cunha da Cruz, Revisor Oficial de Contas e como Fiscal Único Suplente, o Dr. Fernando de Jesus Amado dos Santos, Revisor Oficial de Contas, tendo a proposta merecido aprovação em reunião da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2014, dando cumprimento ao estabelecido no artigo 26.º, n.º3, da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto.



Os membros do Conselho de Administração não têm participações noutras entidades.

6 – Investimento

Em 2014, o investimento em imobilizado foi de 6.216,20 €, distribuídos do seguinte modo:

Rubricas	2014	2013
Ativos Intangíveis		
Programas computador		
Ativos Fixos Tangíveis		
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	0,00	0,00
Equipamento Básico	3 894,40	2 268,44
Equipamento Administrativo	2 321,80	65,03
Investimento em Curso Ativos Tangíveis		
Total	6 216,20	2 333,47

De modo a proteger o sistema informático operacional, os volumes de estado do sistema, os arquivos e os dados de aplicativos, procedemos à aquisição de um servidor que permite a criação de cópias de segurança e deste modo melhorar o plano de prevenção de incidentes, na medida em que possibilita a recuperação de dados no caso de ocorrerem danos físicos no *hardware*.

No âmbito das alterações implementadas no início de 2015, designadamente alterações dos percursos e horários das linhas existentes e a criação de uma nova linha urbana, procedemos ainda em 2014, à aquisição de equipamento de sinalização e identificação de locais de paragem dos transportes urbanos.

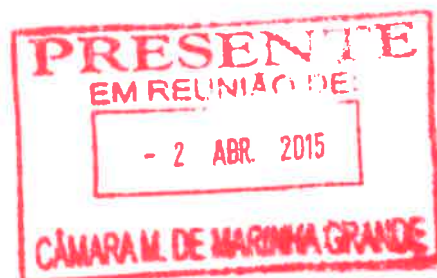
7 - Análise Económica e Financeira

Introdução

Diversos fatores complementares surgidos em 2014, trouxeram implicações na vida da empresa, com reflexos no plano económico e financeiro, que se repercutiram neste exercício, implicando variações relativamente ao previsto no plano de atividades.

Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	
Rácios	
Liquidez geral	224,11%
Ativo corrente/Passivo corrente	
Liquidez imediata	185,26%
Dep. Banc. + Caixa/Passivo Corrente	
Autonomia Financeira	73,61%
Capital Próprio/Ativo	
Endividamento	26,39%
Passivo/Ativo	
Solvabilidade	278,90%
Capital Próprio/Passivo	
Prazo Médio de Recebimentos	4
Cientes/Vendas + Prestação de Serv. X 365	
Prazo Médio de Pagamentos	65
Fornecedores/Compras + FSE X 365	
Rendibilidade do Capital Próprio	12,05%
Resultado Líquido/Capital Próprio	
Rendibilidade Líquida do Ativo	8,87%
Resultado Líquido/Ativo	
Rendibilidade Líquida das Vendas e Prest. Serv.	16,32%
Resultado Líquido/Vendas + Prest. Serviços	



Rubricas	Valor
Ativo Corrente	517 703,05 €
Passivo Corrente	231 007,64 €
Dep. Bancários + Caixa	427 961,99 €
Capital Próprio	644 284,73 €
Ativo	875 292,37 €
Passivo	231 007,64 €

Cientes	5 576,65 €
Vendas + Prestações de Serviços	475 635,20 €
Fornecedores	124 473,49 €
Compras + FSE	695 927,28 €
Resultado Líquido do Exercício	77 610,97 €

Financiamento

Em 2014 a empresa foi autossuficiente para suprir as suas necessidades correntes de tesouraria, não tendo sido necessário recorrer a capitais alheios para esse fim.

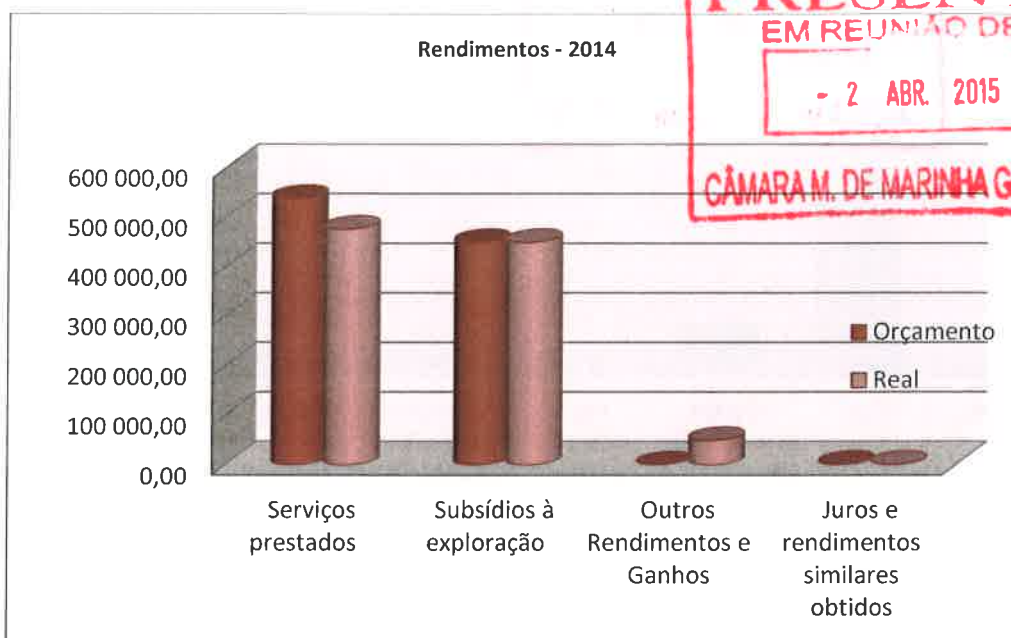
Rendimentos

Para o ano de 2014 a nossa previsão orçamental foi de 988.854,63 €. No entanto os valores realizados foram de 976.010,76 €.

Rubricas	2014		
	Orçamento	Real	Varição
Rendimentos e Ganhos			
Serviços prestados	537 491,97	475 635,20	-11,51%
Subsídios à exploração	449 062,66	449 062,66	0,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	500,00	49 710,72	9842,14%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 800,00	1 602,18	-10,99%
Total	988 854,63	976 010,76	-1,30%

Da análise deste mapa, constata-se uma redução nos rendimentos, corresponde a uma diferença percentual de 1,30% face à previsão orçamental. No entanto, esta redução no rendimento foi ultrapassada nos gastos e perdas, que registaram um desvio de menos 7,92%.

O gráfico seguinte mostra-nos com mais evidência a relação entre os vários componentes do rédito, para o período em análise.



PRESENTE
 EM REUNIÃO DE
 - 2 ABR. 2015
 CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Handwritten signature and stamp

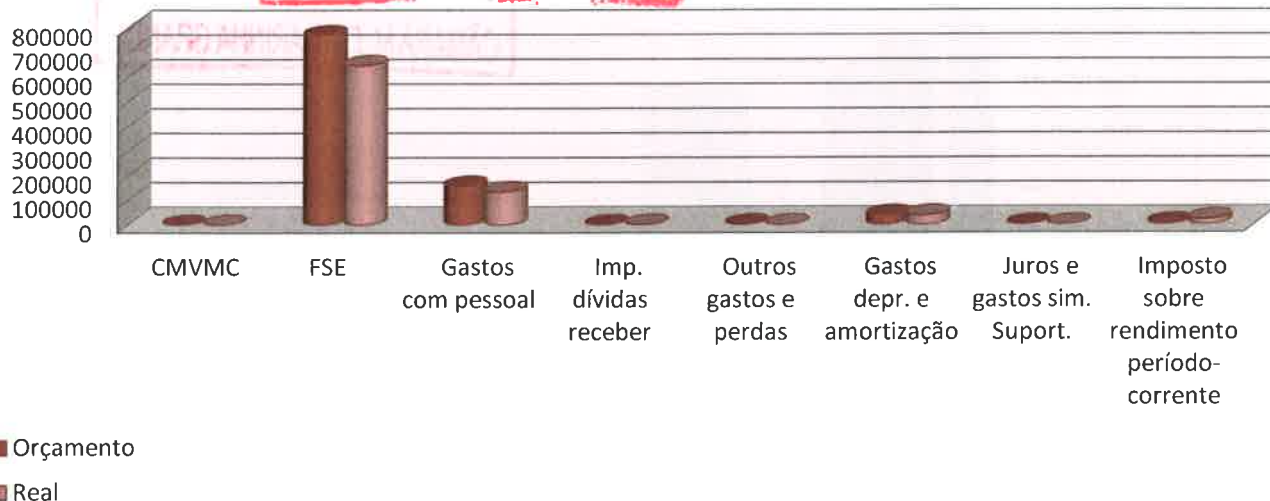
Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o ano de 2014 foi de 973.000,40 €.

O realizado foi de 895.908,07 €. No global apurou-se um desvio de - 7,92%.

Rubricas	2 0 1 4		
	Orçamento	Real	Varição
Gastos e perdas			
CMVMC	0,00	0,00	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	769 590,12	695 927,28	-9,57%
Gastos com o pessoal	157 377,14	134 837,63	-14,32%
Imparidade dívidas receber	0,00	1 164,97	100,00%
Outros gastos e perdas	2 020,22	2 739,22	-35,59%
Gastos de depreciação e amortização	38 380,88	38 702,87	0,84%
Juros e gastos similares suportados	347,30	215,77	-37,87%
Imposto sobre rendimento período-corrente	5 284,74	22 320,33	322,35%
Total	973 000,40	895 908,07	-7,92%

Seguindo o mesmo esquema da análise dos rendimentos, apresentamos o gráfico das diversas rubricas de gastos incorridos no ano de 2014, comparativamente com os valores orçamentados:



Resultado

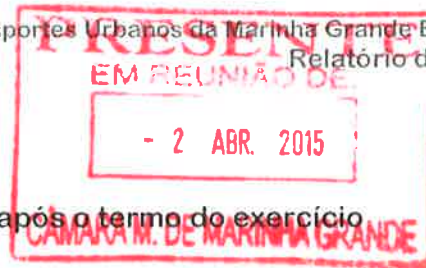
Como consequência dos rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se em 2014 um resultado líquido de 77.610,97 €, conforme mapa seguinte:

Rubricas	Orçamento	2014	2013
Rendimentos	988 854,63	976 010,76	898 546,25
Gastos	973 000,40	895 908,07	847 020,90
Impostos diferidos		2 491,72	8 341,87
Resultado Líquido	15 854,23	77 610,97	43 183,48

8 - Proposta de Aplicação de Resultados

A Administração propõe que os resultados líquidos tenham a seguinte aplicação:

Rubricas	2014
Resultados transitados	69 849,00
Reserva legal	7 761,97
Total	77 610,97




9 - Factos Relevantes Ocorridos após o termo do exercício

A empresa não tem dívidas à segurança social, assim como não existem dívidas em mora ao Estado.

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício:

Não houve autorização concedida a qualquer Administrador para negociar com a sociedade em atos fora do próprio objetivo da sociedade, nem lhes foram concedidos empréstimos, ou créditos, efetuados pagamento por conta deles, prestadas garantias, nem facultados adiantamento de remunerações.

10 - Publicidade de Participação de Acionistas e das Participações detidas por membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Entidades	31-12-2014
Participação de acionistas:	
Município da Marinha Grande	100%
Participações detidas por Membros de Órgãos de Administração e Fiscalização:	
Paulo Jorge Campos Vicente - Presidente	0%
Maria de Fátima Malessa Cardoso - Vogal	0%
João Carlos Cunha da Cruz - Revisor Oficial de Contas	0%

11 – Considerações Finais

Os nossos agradecimentos a todos aqueles que continuam a manifestar confiança na Tumg, em particular aos nossos estimados Utentes. É por eles que se pauta a nossa atividade, é por eles que prosseguimos o objetivo de melhoria continua na satisfação das suas necessidades.

Aos Colaboradores da Tumg cabe o nosso reconhecimento pela sua dedicação, trabalho, empenho, espírito de equipa e sentido de responsabilidade.

Apresentam-se de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no Capital próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo.

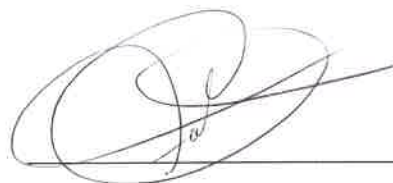
Marinha Grande, 16 de Março de 2015

O Conselho de Administração



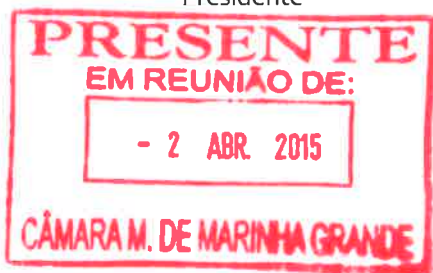
Paulo Jorge Campos Vicente

Presidente



Maria de Fátima Malesso Cardoso

Vogal



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
euros			
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	357 589,32	390 075,99
Ativos intangíveis	7	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	26	0,00	2 491,72
		357 589,32	392 567,71
Ativo Corrente			
Inventários	19	0,00	0,00
Clientes	28.1	5 576,65	6 520,88
Estados e outros entes públicos	31.1	32 891,68	34 418,56
Outras contas a receber	28.1	50 442,36	0,00
Diferimentos	31.2	830,37	826,68
Caixa e depósitos bancários	4.2/28.3	427 961,99	360 976,57
		517 703,05	402 742,69
Total do ativo		875 292,37	795 310,40
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	31.3	338 000,00	338 000,00
Reservas legais	31.3	26 715,28	22 331,80
Resultados transitados	61.3	201 958,48	163 158,48
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período	31.3	77 610,97	43 183,48
Total do capital próprio	31.3	644 284,73	566 673,76
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	10/28.4	0,00	26 274,92
		0,00	26 274,92
Passivo corrente			
Fornecedores	28.1	124 473,49	145 350,42
Estado e outros entes públicos	31.1	28 934,37	12 560,61
Financiamentos obtidos	10/28.4	26 276,94	23 718,45
Outras contas a pagar	28.1	49 030,35	18 616,58
Diferimentos	31.2	2 292,49	2 115,66
		231 007,64	202 361,72
Total do passivo		231 007,64	228 636,64
Total do capital próprio e do passivo		875 292,37	795 310,40

PRESENTE
EM REUNIÃO DE:
- 2 ABR. 2015
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

O Técnico Oficial de Contas



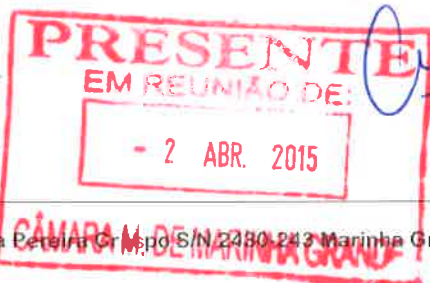
O Conselho de Administração

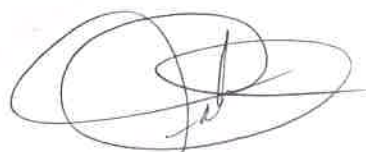



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO EM 31-12-2014			
			euros
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	21	475 635,20	498 850,11
Subsídios à exploração	21	449 062,66	395 177,16
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	0,00	-58,80
Fornecimentos e serviços externos		-695 927,28	-641 321,89
Gastos com o pessoal	29	-134 837,63	-156 455,61
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	28.2	-1 164,97	-1 673,83
Outros rendimentos e ganhos	21	49 710,72	380,54
Outros gastos e perdas	0	-2 739,22	-1 032,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		139 739,48	93 864,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8	-38 702,87	-38 382,94
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		101 036,61	55 481,76
Juros e rendimentos similares obtidos	21	1 602,18	4 138,44
Juros e gastos similares suportados	11	-215,77	-320,51
Resultado antes de impostos		102 423,02	59 299,69
Imposto sobre o rendimento do período - Corrente	26	-22 320,33	-7 774,34
Imposto sobre o rendimento do período - Diferido	26	-2 491,72	-8 341,87
Resultado líquido do período		77 610,97	43 183,48
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

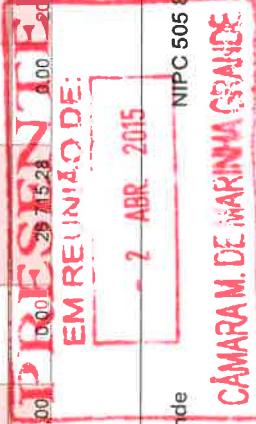


DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS ANUAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2013 E 2014

DESCRICÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital do acionista											Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período			
POSICÃO NO INÍCIO DE 2013	338 000,00	0,00	0,00	0,00	22 331,80	0,00	152 600,95	0,00	0,00	-40 205,38	472 727,37	0,00	472 727,37	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Outras alterações reconhec. no capital próprio							-40 205,38							
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										43 183,48				
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO														
Realizações de capital							50 762,91							
Entradas para cobertura de perdas														
POSICÃO NO FIM DE 2013	338 000,00	0,00	0,00	0,00	22 331,80	0,00	163 158,48	0,00	0,00	43 183,48	566 673,76	0,00	566 673,76	
POSICÃO NO INÍCIO DE 2014	338 000,00	0,00	0,00	0,00	22 331,80	0,00	163 158,48	0,00	0,00	43 183,48	566 673,76	0,00	566 673,76	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Outras alterações reconhec. no capital próprio					4 383,48		38 800,00			-43 183,48				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										77 610,97				
OPERAÇÕES DETEN. CAP. NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
POSICÃO NO FIM DO 2014	338 000,00	0,00	0,00	0,00	26 715,28	0,00	201 958,48	0,00	0,00	77 610,97	645 298,82	0,00	644 284,73	

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

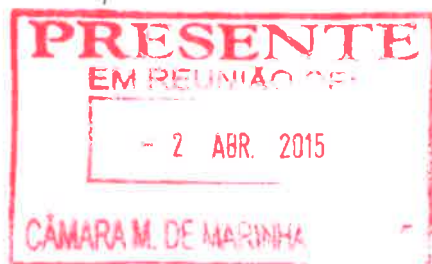


DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA			
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		991 996,94	957 664,62
Pagamentos a fornecedores		-751 361,12	-635 747,97
Pagamentos ao pessoal		-137 475,58	-151 591,38
Caixa gerada pelas operações		103 160,24	170 325,27
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-7 628,60	7 732,39
Outros recebimentos/pagamentos		1 602,18	3 486,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		97 133,82	181 543,66
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-6 216,20	-2 870,17
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-6 216,20	-2 870,17
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		-23 716,43	-23 599,14
<i>Juros e gastos similares</i>		-215,77	-320,51
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-23 932,20	-23 919,65
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		66 985,42	154 753,84
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		360 976,57	206 222,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4.2/28.3	427 961,99	360 976,57

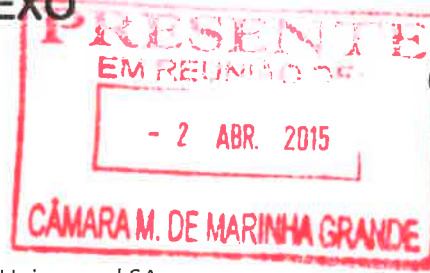
O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

ANEXO



1 - Identificação da Entidade

1.1. – Designação da Entidade

TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande EM, Unipessoal SA

1.2. – Sede

Rua Pereira Crespo, s/n, 2430-246 Marinha Grande

1.3. – NIPC

505 849 348

1.4. – Natureza da Atividade

A TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande é uma empresa Municipal, criada em 5 de Novembro de 2001, cujos estatutos foram publicados no DR nº 285 de 10 de Dezembro de 2002.

A Tumg presta serviços de Transportes Públicos de Passageiros e de gestão do estacionamento de duração limitada, na área do Município da Marinha Grande.

2 - Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no nº 2 do artigo 3º. Desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da TUMG.

2.2. – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

No presente período do exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC

2.3. – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não se aplica

2.4. – Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Não se aplica

3 - Principais Políticas Contabilísticas

3.1. – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da TUMG, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

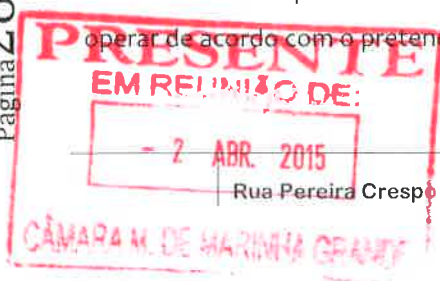
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil Estimada
Equipamento Básico	6 Anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 8 Anos
Outas Instalações de Uso Específico	10 Anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.



O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo ao ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Inventários

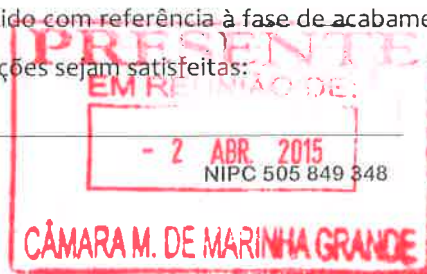
Mercadorias e matérias-primas:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o fifo (First In, First Out), como forma de custeio, em sistema de inventário permanente.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecida líquido de imposto, pelo justo valor do montante a receber. O rédito da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde quer todas as seguintes condições sejam satisfeitas:



- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Imposto sobre o Rendimento

Relativamente ao cálculo de estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada.

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

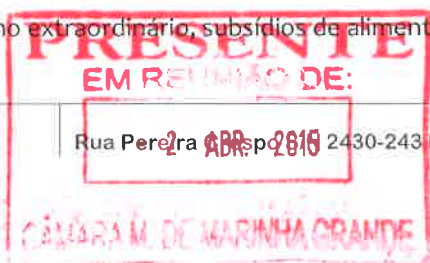
As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “ outras contas a receber e a pagar” e “ deferimentos”.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídios de alimentação, subsídio de férias e natal.



As obrigações de correntes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento dum passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.2. - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3. - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da TUMG.

4 - Fluxos de Caixa

4.1. - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	560,00	Corresponde ao saldo do fundo fixo de caixa
Depósitos à ordem	12	325 401,99	
Depósitos a prazo	13	102 000,00	
Total		427 961,99	

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da Tumg.

5 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Não foram detetados erros materialmente relevantes, relativamente ao período anterior, não havendo por isso necessidade de correção por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2011, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo respeita a característica qualitativa da comparabilidade.

6 - Partes Relacionadas

Não se aplica

7 - Ativos Intangíveis

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Intangíveis						
Descrição	31/12/2013	reavaliação	aumentos	alienações	transferên	31/12/2014
Ativos Intangíveis						
Programas de Computador	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Depreciações acumuladas	125,00		0,00			125,00
Perdas por imparidade	0,00					
Depreciação acumulada	125,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125,00
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 - Ativos Fixos Tangíveis

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Tangíveis Brutos						
Descrição	31-12-2013	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf.	31-12-2014
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	19 390,00	0,00		0,00	0,00	19 390,00
Edifícios e Out. Construções	158 524,77	0,00		0,00	0,00	158 524,77
Equipamento Básico	511 885,29	0,00	3 894,40	0,00	0,00	515 779,69
Equipamento de transporte	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Equipamento Administrativo	61 795,14	0,00	2 321,80	0,00	0,00	64 116,94
Outros ativos Tangíveis	173,36	0,00		0,00	0,00	173,36
Investim. curso Ativos Tangív.	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
	751 768,56	0,00	6 216,20	0,00	0,00	757 984,76
Depreciações Acumuladas	361 692,57		38 702,87			400 395,44
Perdas por Imparidade						
Depreciação Acumulada	361 692,57	0,00	38 661,21	0,00	0,00	400 395,44
Ativo Tangível Líquido	390 075,99	0,00	0,00	0,00	0,00	357 589,32

9 - Ativos não correntes detidos para venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Não se aplica

10 - Locações

Locação financeira

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Descrição	Ano 2015	> 1 Ano e = 5 Anos	> 5 Anos	Total
3 Viaturas Pesadas de Passageiros	26 276,94	0,00	0,00	26 276,94

A depreciação incidiu sobre o valor de aquisição.



- b) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	< 1 Ano	> 1 Ano e = 5 Anos	> 5 Anos	Total
3 Viaturas Pesadas de Passageiros	26 276,94	0,00	0,00	26 276,94

Em 31 de Dezembro de 2014, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Descrição	< 1 Ano	> 1 Ano e = 5 Anos	> 5 Anos	Total
3 Viaturas Pesadas de Passageiros	26 276,94	0,00	0,00	26 276,94

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

11 - Custo dos Empréstimos Obtidos

O custo dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo e a quantia reconhecida no período foi proveniente de:

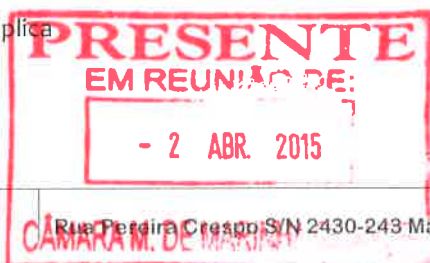
Juros e gastos similares suportados	2014	2013
Juros Suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos	215,77	320,51
Outros		
Total	215,77	320,51

12 - Propriedades de Investimento

Não se aplica

13 - Imparidade de Ativos

Não se aplica



14 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

Não se aplica

15 - Concentração de Atividades Empresariais

Não se aplica

16 - Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

Não se aplica

17 - Exploração e Avaliação de Recursos Naturais

Não se aplica

18 - Agricultura

Não se aplica

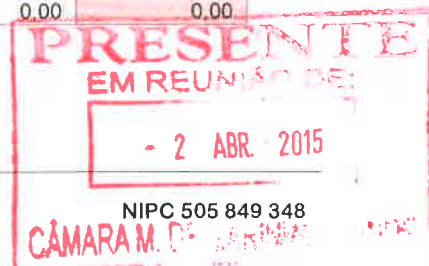
19 - Inventários

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 não haviam existências de mercadorias ou matérias-primas, os inventários da entidade não tinham qualquer valor pelo que o seu detalhe é conforme segue:

Rubricas de Inventários	2014			2013		
	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade	Quantia Líquida
Matérias-primas, Subsidiárias Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Quantia de Inventários reconhecida como gastos durante o período

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2014		2013	
	Mercadorias	Matérias-Primas Subsid. e Consumo	Mercadorias	Matérias-Primas Subsid e Consumo
Saldo Inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00	0,00	58,80
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos do Exercício	0,00	0,00	0,00	58,80

20 - Contratos de Construção

Não se aplica

21 - Rédito

Quantia de cada categoria significativa de rédito, reconhecida durante o período, incluindo o rédito proveniente de:

Réditos	2014	2013	Variação
Prestação de serviços			
Aluguer de Autocarros	261 119,67	287 415,38	-26 295,71
Transportes Públicos de Passageiros	150 229,47	152 636,44	-2 406,97
Estacionamento	63 416,06	58 798,29	4 617,77
Serviços Secundários	870,00	0,00	870,00
Subsídios à exploração			
Contrato Programa	449 062,66	395 177,16	53 885,50
Outros rendimentos e ganhos			
Outros rendimentos e ganhos	49 710,72	380,54	49 330,18
Juros			
Depósitos bancários	1 602,18	4 138,44	-2 536,26
Total	976 010,76	898 546,25	77 464,51

A rubrica de Subsídios à exploração para os exercícios de 2014 e 2013, são provenientes de:



Subsídios à exploração	2014	2013
Contrato-Programa	449 062,66	395 177,16
Total	449 062,66	395 177,16



22 - Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes

Não se aplica

23 - Subsídio do Governo e Apoios do Governo

Não se aplica

24 - Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio

Não se aplica

25 - Acontecimentos após a data do Balanço

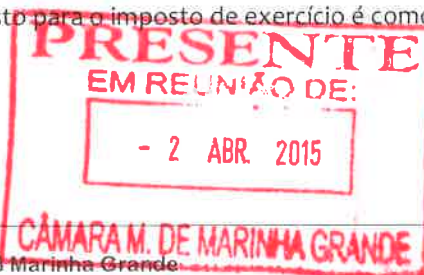
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de Março de 2015.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

26 - Impostos Sobre o Rendimento

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 podem ser detalhadas como segue:

A reconciliação de resultado antes de imposto para o imposto de exercício é como segue:



Imposto sobre o Rendimento	2014	2013
Resultados antes de impostos	102 423,02	59 299,69
Taxa nominal de imposto		
Taxa nominal de imposto	24,50%	26,50%
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	22 320,33	7 774,34
Imposto diferido	2 491,72	8 341,87
Total	24 812,05	16 116,21

27 - Matérias Ambientais

Não se aplica

28 - Instrumentos Financeiros

28.1. – Fornecedores/Clientes/Outras Contas a Receber e a Pagar/Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Ativos e passivos correntes	2014			2013		
	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total	Ativos Financeiros Mensurados ao Custo	Perdas por Imparidade Acumuladas	Total
Ativos						
Clientes	11 458,53	5 881,88	5 576,65	11 377,71	4 856,83	6 520,88
Outras contas a Receber	50 442,36	0,00	50 442,36	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo	61 900,89	5 881,88	56 019,01	11 377,71	4 856,83	6 520,88
Passivos						
Fornecedores	124 473,49	0,00	124 473,49	145 350,42	0,00	145 350,42
Outras Contas a Pagar	49 030,35	0,00	49 030,35	18 616,58	0,00	18 616,58
Total do Passivo	173 503,84	0,00	173 503,84	163 967,00	0,00	163 967,00

28.2. – Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber, o cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida

Imparidades Acumuladas de acordo com a Antiguidade dos Valores em Dívida	Dívida de Clientes	Perdas por Imparidade Acumuladas das Dívidas dos Clientes	%
Mora mais de 18 a 24 Meses	550,00	412,50	75%
Mora mais de 24 Meses	5 469,38	5 469,38	100%
Total	6 019,38	5 881,88	

28.3. – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	2014	2013
Ativos		
Caixa	560,00	560,00
Depósitos à ordem	325 401,99	358 416,57
Outros depósitos bancários	102 000,00	2 000,00
Total	427 961,99	360 976,57

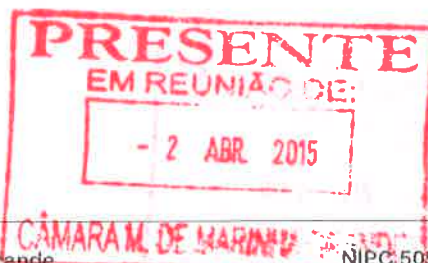
28.4. – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de «Financiamentos obtidos», por via da locação financeira (ver nota 10), apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	2014		2013	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Locação Financeira				
Caixa Leasing	26 276,94	0,00	23 718,45	26 274,92
Total		26 276,94		49 993,37

29 - Benefícios de Empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:



Gastos com o pessoal	2014	2013
Remunerações	107 260,29	126 369,78
Encargos sobre remunerações	23 326,78	24 503,10
Seguros de acidentes de trabalho	1 946,55	1 887,22
Outros gastos	2 304,01	3 695,51
Total	134 837,63	156 455,61

30 - Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Não se aplica

31 - Outras Informações

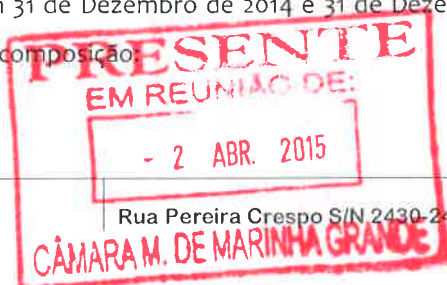
31.1. – Estado e outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de “ Estado e outros Entes Públicos” apresentava a seguinte decomposição:

Estado e outros Entes Públicos	2014	2013
	Corrente	Corrente
Ativos		
Imposto sobre o Rendimento - Pagamento por Conta	5 430,36	0,00
Imposto sobre o rendimento pagamento especial por conta	1 797,70	0,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	400,54	1 136,35
Imposto sobre o Valor Acrescentado a Recuperar	25 263,08	33 281,93
Total	32 891,68	34 418,28
Passivos		
Imposto sobre o Rendimento Estimado	22 320,33	7 774,34
Retenção de Imposto sobre o Rendimento	1 276,26	1 632,19
Imposto sobre o Valor Acrescentado a Pagar	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	1 715,78	2 114,36
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	3 622,00	1 039,72
Total	28 934,37	12 560,61

31.2. – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de Deferimentos apresentava a seguinte decomposição:





Diferimentos	2014	2013
	Corrente	Corrente
Ativos		
Gastos a Reconhecer		
Outros gastos a reconhecer	830,37	826,68
Seguros	0,00	0,00
Total	830,37	826,68
Passivos		
Rendimentos a Reconhecer		
Passes e cartões	2 292,49	2 115,66
Total	2.115,66	1.992,50

31.3. – Capitais próprios

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de capitais próprios apresentava a seguinte decomposição:

Capitais Próprios	2014	2013
Capital próprio		
Capital Realizado	338 000,00	338 000,00
Reservas Legais	26 715,28	22 331,80
Resultados Transitados	201 958,48	163 158,48
Resultado Líquido do Período	77 610,97	43 183,48
Total	644 284,73	566 673,76

31.4. – Informação sobre as situações previstas nas alíneas a) a d) do nº. 1 do artigo 62º. da Lei nº. 50/2012, de 31 de Agosto

Conforme se demonstra no quadro seguinte, nos três últimos exercícios não se verificam nenhuma das situações referidas nas alíneas a) a d):

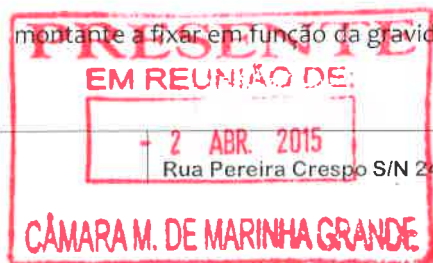


Lei n.º 50/2012	2011	2012	2013
Alínea a):			
Vendas/Prestação de Serviços	632.636,89 €	654.371,84 €	498.850,11 €
Gastos Totais	872.057,10 €	1.038.244,38 €	839.246,56 €
%(V+PS/Gastos Totais)	73%	63%	59%
Alínea b):			
Subsídios	264.000,00 €	305.425,00 €	395.177,16 €
Receitas Totais	906.360,89 €	987.481,47 €	898.546,25 €
% (Subsídios/Receitas Totais)	29%	31%	44%
Alínea c):			
Resultado Operacional	26.274,34 €	- 62.843,10 €	55.481,76 €
Alínea d):			
Resultado Líquido	24.844,90 €	- 40.205,38 €	43.183,48 €

31.5 - Divulgação Relevante para compreensão dos resultados

Foi contabilizado no exercício de 2014, um acréscimo de proveitos no montante de 49.538,50 €, o qual configura uma penalidade contratual que a TUMG pretende aplicar à empresa "Agencia de Viagens e Transportes Vale do Ave, Lda." na sequência dos incumprimentos detetados e comprovados no âmbito da prestação do serviço dos transportes urbanos, nos termos da cláusula 7.ª do contrato firmado entre ambas as empresas, que se transcreve:

Cláusula 7.ª - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, EM pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:



- a) Pelo incumprimento da obrigação constante da alínea a) ou da alínea b), do n.º 1, do artigo 4.º, do caderno de encargos, até 0,20 % do preço contratual por cada ocorrência;
- b) Pelo incumprimento da obrigação constante da alínea c) ou da alínea d), do n.º 1, do artigo 4.º, do caderno de encargos, até 0,15 % do preço contratual por cada ocorrência;
- c) Pelo incumprimento da obrigação constante da alínea e) ou da alínea f), do n.º 1, do artigo 4.º, do caderno de encargos, até 0,15 % do preço contratual por cada ocorrência;
- d) Pelo incumprimento da obrigação constante da alínea g) ou da alínea h), do n.º 1, do artigo 4.º, do caderno de encargos, até 0,25 % do preço contratual por cada ocorrência.”

Marinha Grande, 16 de Março de 2015

TOC n.º 10 677



Fernando J Carvalho

Conselho de Administração

Presidente

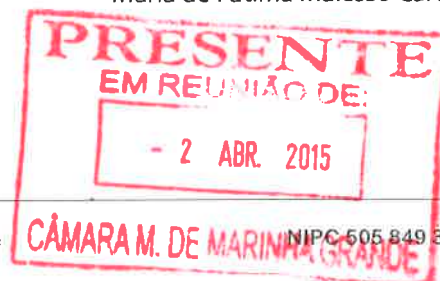


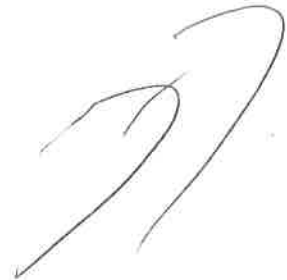
Paulo Jorge Campos Vicente

Vogal



Maria de Fátima Malessio Cardoso





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2014

Exmo. Accionista Único
da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA

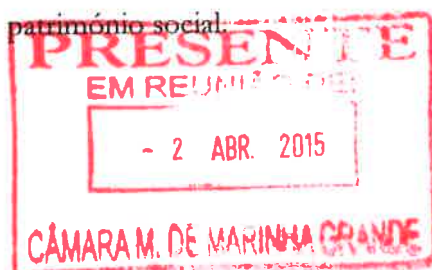
De acordo com o disposto alínea j) do artigo 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e no cumprimento das funções de Fiscal Único da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, procedemos à fiscalização dos actos da Administração da sociedade, averiguamos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da sociedade, procedemos à verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, bem como à verificação dos valores patrimoniais da empresa e por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, efectuamos testes por amostragem às transacções e saldos e levamos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Durante o exercício e no desempenho das funções que nos são cometidas, procedemos, com resultados satisfatórios, e, com a frequência e extensão considerada aconselhável, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e sondagens aos respectivos registos e a outros elementos comprovativos.

1

O Relatório de Gestão traduz a actividade desenvolvida neste exercício e a evolução previsível dos negócios da sociedade. O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respectivo Anexo, satisfazendo os preceitos legais, reflectem o resultado das operações da sociedade e os seus fluxos de caixa.

Os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são os constantes do Anexo e conduzem a uma adequada avaliação do património social.





Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, a qual consideramos parte integrante deste relatório.

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação das contas e fiscalização da empresa, pelo que formulamos o seguinte parecer:

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmo. Accionista Único,

Procedemos à acção fiscalizadora de TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, nos termos do art.º 25.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e do contrato de sociedade, em resultado da qual somos de parecer que:

- a) Merecem aprovação o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2014;
- b) Merece aprovação a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- c) Procedam à apreciação da Administração e Fiscalização da sociedade.

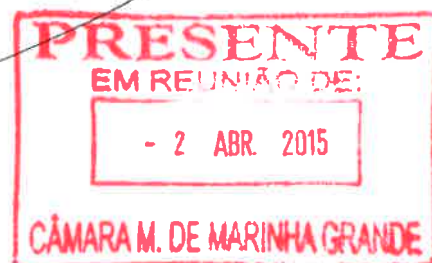
2

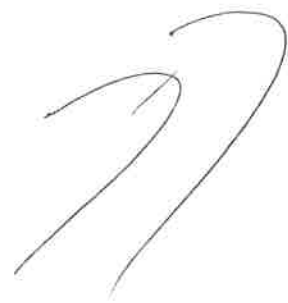
Marinha Grande, 25 de Março de 2015

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda

SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução:

1. Examinamos as demonstrações financeiras da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 875.292,37 euros e um total de capital próprio de 644.284,73 euros, incluindo um resultado líquido de 77.610,97 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa, do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades:

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

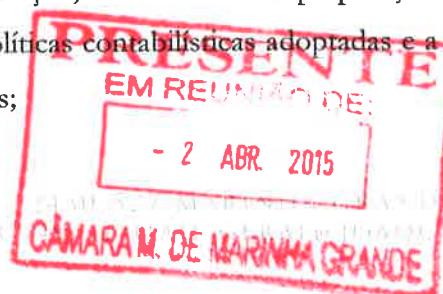
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

1

Âmbito:

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;



- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM Unipessoal, SA, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com o os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais:

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

2

Marinha Grande, 25 de Março de 2015

João Cruz – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unip. Lda

SROC n.º 231 representada por:

João Carlos Cunha da Cruz - ROC n.º 1228

